

Rumos

SETEMBRO/OUTUBRO

2019

Economia &
Desenvolvimento



NOVA ROTA PARA O DESENVOLVIMENTO

Instituições financeiras de fomento aprimoram ações em prol do turismo com crédito para projetos em todas as regiões.

REPORTAGEM

Presidentes das IFDs da Região Sul detalham as ações para o crescimento local.

PRÊMIO ABDE-BID

Conheça os artigos vencedores nas três categorias da edição de 2019.

REPORTAGEM

Seminários Regionais chegam ao Sudeste com foco na equação desenvolvimento e sustentabilidade.



A força do empreendedor brasileiro.



sebrae.com.br / 0800 570 0800

A person with long brown hair, wearing a blue and white striped shirt, is looking out from a wooden door. The door has a silver handle. Outside, the scene is blurred, showing a street with a sign that says 'Man' and some buildings.

ança

**Ser um
país mais
forte
depende
de todos nós.
Estamos
prontos!**

AO LEITOR

São muitos os vetores do crescimento das nações, os mais evidentes, a indústria e a agricultura, se alternaram como os principais, mas o setor de serviços, em especial o turismo, vem, aos poucos, ganhando relevância no cenário brasileiro, com a estruturação do Plano Nacional de Turismo. Nesse sentido, a ABDE e suas associadas estão em parceria com o Ministério do Turismo para apoiar os estados, as cidades e os empreendedores a investirem cada vez mais nos equipamentos urbanos para bem receber o turista, que acabam também beneficiando os moradores com melhorias na qualidade de vida das cidades. Saiba mais sobre essa iniciativa na reportagem de capa.

E falando de Brasil, o 2º Ciclo de Seminários Regionais chegou ao Sudeste, com destaque para o debate sobre saneamento, cidades inteligentes e desenvolvimento sustentável. Ainda sobre as regiões do Brasil, destaque para as ações dos presidentes das instituições financeiras de fomento do Sul (Badesc, Badesul, BRDE e Fomento Paraná) e seus planos para estimular o crescimento local.

Nesta edição, temos ainda uma série de artigos instigantes, a começar com a apresentação dos textos dos primeiros colocados do Prêmio ABDE-BID, edição 2019. Apresentamos os artigos vencedores das três categorias. Ademais, ainda temos uma reflexão sobre: a inovação na indústria farmacêutica brasileira; as convenções a respeito do crescimento brasileiro, a relação do cooperativismo financeiro com o Sistema Nacional de Fomento; e ainda, o debate sobre o Judiciário brasileiro feito pelo ex-ministro Delfim Netto. Boa leitura!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

10 **ARTIGO**
Anna Carolina Fragali
O cooperativismo financeiro como integrante do SNF

15 **ARTIGO - EMPREENDER**
Bruno Quick
Inovar, por quê?

16 **ARTIGO**
Marco Flávio C. Resende
Convenções e crescimento no Brasil

17 **ARTIGO**
Lia Hasenclever
Capacitação da indústria farmacêutica nacional

26 **PRÊMIO ABDE-BID 2019**
Premiados em 2019

27 **PRÊMIO/VENCEDOR CATEGORIA 1**
Igor Rocha
Estruturas produtivas no Brasil e na Coreia do Sul

28 **PRÊMIO/VENCEDOR CATEGORIA 2**
Gustavo Alexandre Mattana
O fenômeno *fintech* e as agências de fomento

29 **PRÊMIO/VENCEDOR CATEGORIA 3**
Marcelo Henrique Shinkoda e Marcelo José Braga
Os efeitos das fusões nas cooperativas de crédito

32 **OPINIÃO**
Antonio Delfim Netto
A regra número um

DESTAQUES



Divulgação

5 **REPORTAGEM**
Região Sul:
novo ciclo de desenvolvimento



Jader Moraes

12 **REPORTAGEM**
Alternativas de desenvolvimento



Noel Joaquim Falad

18 **CAPA**
Potencial a explorar

30 **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**

33 **LIVROS**



Região Sul: novo ciclo de desenvolvimento

Instituições de fomento com atuação no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul estão focadas em prover, à região Sul do Brasil, as condições para aproveitar as oportunidades e robustecer a infraestrutura local para o crescimento econômico e social. As iniciativas dirigidas pelos gestores dessas organizações se baseiam na expectativa de retomada da confiança de investidores e empreendedores na economia e na necessidade de atender à crescente demanda por produtos e serviços que sejam inovadores e que fomentem a inovação mesmo em setores tradicionais. **POR SARAH BARROS**



Atuamos de maneira complementar com as agências estaduais de fomento, o que permite pulverizar recursos e promover um desenvolvimento mais harmônico da região Sul.

Marcelo Haendchen Dutra, presidente do BRDE

INTEGRAÇÃO PARA CRESCER

Visão de longo prazo, capacidade de sustentar o desenvolvimento e papel de parceiro do crescimento econômico e não de mero financiador são listados pelo atual presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Marcelo Haendchen Dutra, como diferenciais dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento diante da perspectiva de retomada da produção em 2020. “O Banco Central está sinalizando uma redução expressiva na taxa Selic e isso pode fazer com que muitas instituições de fomento reavaliem suas fontes de financiamento”, indica.

Neste cenário, a disponibilidade de recursos para financiar empreendedores será fundamental, o que tem levado o banco a diversificar fontes de *fundraising*, historicamente dependentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Pela nossa capacidade de articulação e gestão, temos buscado recursos em outras fontes como Finep, Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), e isso permite ofertar aos clientes opções de crédito mais diversificadas”, pontua.

Do Banco Mundial, o BRDE conta com US\$ 125 milhões para financiar um programa de resiliência específico para prefeituras enfrentarem fenômenos climáticos extremos. Para o segmento público, o banco também tem buscado ser agente de serviços e de inteligência para a efetivação de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Com recursos da Finep, a instituição tem realizado operações de incentivo à inovação. O banco se tornou líder nacional de repasses da linha Inovared, oferecida para ampliar a competitividade das micro, pequenas e médias empresas com projetos inovadores.

Projetos em agronegócios e energia renovável também formam a carteira de oportunidades mapeadas pelo BRDE. A capilaridade dada pelas cooperativas de crédito permitiu chegar a mais de mil municípios e viabilizar R\$ 1,1 bilhão em contratos somente no primeiro semestre de 2019 – aumento de 35% em relação ao mesmo período de 2018. “Somos reconhecidos como um patrimônio de gaúchos, catarinenses e paranaenses. Atuamos de maneira complementar com as agências estaduais de fomento, o que permite pulverizar recursos e promover um desenvolvimento mais harmônico da região Sul”, destaca.

MAIS PERTO E MAIS ÁGIL

Em território catarinense, a Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc) elegeu como prioridades a aproximação com o cliente e a construção de ferramentas e processos que permitam a implantação de tecnologia e de inovação, tanto em produtos financeiros quanto na atividade produtiva do tomador. O novo ciclo de gestão foi iniciado em fevereiro de 2019 com a posse de Eduardo Machado na presidência. “É preciso estar mais próximo dos clientes para entender necessidades financeiras e oferecer produtos mais adequados”, destaca Machado.

A criação dessas ferramentas se dá em um contexto de mudanças rápidas de perfil do tomador de crédito, que migra do analógico para o digital e recebe em sua porta ofertas competitivas de crédito da rede bancária tradicional. “Nos últimos dez anos, a indústria bancária tradicional passou a oferecer produtos com características desenvolvimentistas, inclusive financiamento de longo prazo. Por isso, temos que deixar uma postura tímida em relação ao mercado e ir até o cliente para atendê-lo”, afirma.

Para fazer a aproximação, o Badesc implementou um modelo diferente de interação com o mercado. Saiu de seis escritórios regionais para estar presente nas regiões por meio de gerentes de negócios. A criação de produtos com 100% da contratação realizada via *web* também está em andamento. Hoje, alguns deles já são operados, com valores mais baixos que a maioria das linhas de crédito da agência, mas com grande potencial. Outra aplicação para as ferramentas virtuais é em processos internos de análise de crédito que, por meio da integração de bases de dados e uso de *softwares* mais potentes, permitiu a redução em até 60% do tempo de liberação dos recursos.

Para ele, as instituições de fomento têm o papel único de promover o desenvolvimento econômico e social, assumindo maiores riscos para favorecer segmentos menos desenvolvidos, em que o risco do crédito é maior. No microcrédito, por exemplo, está a camada da população empreendedora não atendida pela rede bancária tradicional. “Para o setor público, também somos agente de crédito para impulsionar municípios com os menores IDH e menor repasse de impostos federais e estaduais. Somos o braço financeiro de apoio para o crescimento, com foco no desenvolvimento econômico e regional e não necessariamente no retorno financeiro”, pontua. »

Divulgação



Somos o braço financeiro de apoio para o desenvolvimento, com foco no desenvolvimento econômico e regional e não necessariamente no retorno financeiro.

Eduardo Machado, presidente do Badesc



Divulgação

O crédito é o motor da economia, ajuda muito na geração de emprego e renda e, consequentemente, no desenvolvimento econômico.

Heraldo Alves das Neves,
diretor-presidente da
Fomento Paraná

HORA DA INOVAÇÃO

Na Fomento Paraná, as linhas para o setor público também consideram o papel relevante das agências de fomento para levar qualidade de vida e oportunidades a cidades com mais necessidades. Nos financiamentos às prefeituras, o governo local determinou a redução das taxas de juros e a atualização das condições de enquadramento dos municípios atendidos pelo Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), voltado para obras de infraestrutura, construções e compra de máquinas e equipamentos.

“A intenção é proporcionar as taxas mais baixas aos municípios com menos recursos, para não pesar no endividamento e contribuir de forma mais objetiva com o desenvolvimento onde é mais necessário”, afirma Heraldo Alves das Neves, diretor-presidente da agência de fomento do Paraná desde março deste ano.

Inovação é outra palavra de ordem. Por isso, além das linhas de crédito a empreendedores de base tecnológica, a instituição quer participar mais dos negócios de empresas nascentes de base tecnológica, as *startups*, por meio de um fundo de capital de risco, que está em fase de estruturação. Hoje, a Fomento Paraná já participa do Criatec3, criado pelo BNDES, e do Fundo Sul Inovação, que fazem aportes em empresas desse segmento com alto potencial de crescimento.

Adicionalmente, uma parceria com outros órgãos do governo e entidades ligadas ao setor deve concretizar a montagem de um espaço de aceleração de *startups* na sede da agência de fomento. “São diversas ações para apoiar os empreendedores paranaenses, combater a crise e promover o desenvolvimento, como parte também da agenda de sustentabilidade da instituição”, destaca.

Neves usa a declaração de missão de própria agência para resumir as atividades centrais de uma agência ou banco voltados para o fomento da economia: promover o desenvolvimento sustentável por meio do apoio técnico e financeiro, de acordo com as necessidades da sociedade. Desde 2011, a Fomento Paraná contratou mais de R\$ 1 bilhão em financiamentos para empresas de micro, pequeno e médio porte em todo o estado. Em empreendimentos beneficiados, são 32 mil em cerca de 300 municípios. “O crédito é motor da economia, ajuda muito na geração de emprego e renda e, consequentemente, no desenvolvimento econômico”, afirma.

FUTURO DO DESENVOLVIMENTO

Com a experiência de 43 anos de atuação em instituição de fomento, Jeanette Lontra assumiu a presidência da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul Desenvolvimento) em julho de 2018, com recondução em junho de 2019. Para ela, ainda que em tempos de crise, essas instituições sempre terão papel importante no desenvolvimento regional e nacional.

“Elas atuam em momentos anticíclicos e sustentam setores como micro e pequenas empresas. Não vejo futuro sem as instituições de fomento, porque elas ajudam a agregar valor à economia, dar incentivo e apoio para pequenos negócios e ao setor público e dar suporte para a inovação”, resume a presidente, que é também diretora da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

Sobre desafios atuais da agência de fomento no cenário econômico brasileiro do momento, Jeanette elenca a necessidade de mais estímulo aos investimentos, a implementação de novas tecnologias e o aumento da competitividade do setor produtivo. “É real que os investimentos pararam e impactaram a força produtiva, tanto local quanto nacional”, afirma.

Neste contexto, a agência atua junto às políticas do governo local para atrair investimentos. A aposta da Badesul é em ações voltadas para investidores internacionais, para aumentar o *fund-ing* e depender menos das atuais fontes. “Também temos buscado parcerias com prefeituras e empresas por meio de associações comerciais e industriais para alavancar projetos”, disse.

Especialmente no setor público, o objetivo é auxiliar no planejamento estratégico municipal, com visão de longo prazo de desenvolvimento e elaboração de projetos estruturados.

No campo da inovação, já incorporada em linhas de financiamento oferecidas pela agência de fomento, a tecnologia tem sido aliada para dar mais agilidade nos processos de crédito. Mesmo em setores tradicionais, como o agronegócio, a instituição busca oportunidades para estimular o crescimento de agricultores pela incorporação de tecnologias, seja na operação de crédito, seja em projetos inovadores adequados à produção. “Este é um setor tradicional que desperta para iniciativas inovadoras”, diz.

Christian Coiro Spessato



Não vejo futuro sem as instituições de fomento, porque elas ajudam a agregar valor à economia, dar incentivo e apoio para pequenos negócios e ao setor público e dar suporte para a inovação.

Jeanette Lontra, presidente do Badesul

O cooperativismo financeiro como integrante do SNF

Tradicionalmente, o cooperativismo financeiro é um propulsor de mudanças na sociedade, especialmente por meio da atividade financeira em um município, com destaque à concessão de crédito e consequente desenvolvimento local, geração de emprego e renda, promoção de educação financeira e outras ações que levam prosperidade às comunidades.

Ao considerar que uma cooperativa tem como objetivo reduzir problemas socioeconômicos locais, essas instituições contribuem para a disponibilização do crédito em lugares remotos de nosso país e fortalecem a inclusão financeira e a oferta de um extenso portfólio de produtos e serviços financeiros a preços justos.

Essa justiça está organizada não em forma de isenção total de tarifas e taxas de juros, mas na cobrança de valores adequados à composição dos juros (soma dos custos administrativos, custos de captação, impostos e encargos indiretos, custo da inadimplência e lucro). Ao se tratar de organizações sem fins lucrativos, como é o caso das cooperativas financeiras (ou cooperativas de crédito), a formação do valor a ser cobrado de cada usuário tende a resultar em um patamar menor do que o praticado pelo mercado.

Além de mais econômicas, as cooperativas, ao fim de cada período fiscal, apuram o seu resultado (legalmente chamado de sobras). O destino das sobras é definido na Assembleia Geral de seus associados, podendo se tornar um reinvestimento, uma reserva contábil ou técnica, ou mesmo ser partilhado entre os sócios – de forma proporcional à utilização dos produtos e serviços da cooperativa.

Assim como outras empresas, uma cooperativa está sujeita a resultados financeiros tanto positivos quanto, eventualmente, negativos e, nesse último caso, o prejuízo também é rateado proporcionalmente entre todos os membros.

Todas as atividades das cooperativas financeiras – que hoje são verdadeiros *hubs* de produtos e serviços financeiros – são acompanhadas e supervisionadas pelo Banco Central (BC) e outros órgãos reguladores, quando operam com produtos afins, como a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os depósitos elegíveis são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), nos mesmos moldes em que o Fundo Garantidor de Crédito



Cooperativa singular ou de 1º grau: tem objetivo de prestar serviços diretos ao associado. É constituída por, no mínimo, vinte cooperados;



Central ou cooperativa de 2º grau: seu objetivo é organizar, em maior escala, os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares das cooperativas filiadas;



Confederação ou cooperativa de 3º grau: possui personalidade jurídica própria e reúne no mínimo três centrais, com o objetivo de defender seus interesses, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

(FGC) garante os depósitos no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Segundo o BC, até setembro de 2019, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) esteve representado por 883 cooperativas singulares, 34 cooperativas centrais e duas confederações, totalizando 919 entidades cooperativas.

O SNCC está estruturado por quatro sistemas de cooperativas de crédito de terceiro nível (Cresol, Sicoob, Sicredi e Unicred), cinco sistemas organizados em segundo nível (Cecoop, Ailos, Cecrers, Credisis e Uniprime) e cooperativas solteiras (não vinculadas a nenhuma central ou confederação). A distribuição em diferentes níveis estruturais dá-se por características individuais dos sistemas.

Há, ainda, um outro elemento no SNCC: os bancos cooperativos, que têm o controle acionário exercido por cooperativas centrais de crédito e fornecem produtos e serviços financeiros, especialmente para os integrantes do sistema. Esses atores são o Bancoob (Sistema Sicoob) e o Banco Sicredi (Sistema Sicredi), estruturas de 3º nível, referidas pelo FGCoop como o quarto elemento sistêmico.

Além da vantagem financeira, as cooperativas têm atuação importante em suas comunidades. O sétimo princípio do cooperativismo diz que as cooperativas devem trabalhar para o desenvolvimento sustentado das suas áreas de atuação – o principal norteador dessas atividades. Assim, ao promover o aprimoramento dos municípios onde estão inseridas, as cooperativas acabam por promover também a cidadania financeira localmente.

Ações que promovem a educação financeira, a inclusão no sistema financeiro e a proteção do consumidor fazem do cooperativismo financeiro ator importante para o desenvolvimento do cidadão, que passa a gerenciar bem seus recursos financeiros e tende a ter uma melhor saúde financeira.

Ao longo dos anos, as cooperativas de crédito vêm sendo cada vez mais reconhecidas pelo BC como protagonistas de inclusão financeira e agentes de transformação social. No Relatório de Estabilidade Financeira, publicado em outubro de 2019, o órgão afirma que “o SNCC teve papel anticíclico importante no recente período de retração econômica, principalmente para nichos de mercado como as PMEs [Pequenas e Médias Empresas] e os produtores rurais”.

Cidadania Financeira



Fonte: BC

Esse reconhecimento da atividade econômica gerada pelo cooperativismo mostra o olhar mais preciso que a autarquia tem dedicado ao movimento, inserindo-o na Agenda BC# como pilar relevante.

As ações de apoio e incentivo à comunidade tornam as cooperativas instrumentos de fomento à economia e ao bem-estar social e, portanto, atores essenciais para a promoção e evolução do Sistema Nacional de Fomento (SNF) – formado por instituições públicas e privadas. Ao integrar o SNF, as cooperativas reforçam a sua atuação voltada para o desenvolvimento das comunidades e, conseqüentemente, do país.



Divulgação

ANNA CAROLINA FRAGALI

Analista de Informações Gerenciais no Bancoob. Possui MBA em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e tese sobre as Instituições Cooperativas Internacionais.



Fotos: Jader Moraes

Alternativas de desenvolvimento

A ABDE e o WWF-Brasil realizaram, em Belo Horizonte, a edição Sudeste do 2º Ciclo de Seminários Regionais e debateram, junto a especialistas, instituições e representantes dos governos, novos modelos de crescimento, que levem em conta a sustentabilidade e as potencialidades locais. **POR JADER MORAES**

Realizada em Belo Horizonte, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a edição Sudeste do 2º Ciclo de Seminários Regionais reuniu, no dia 11 de outubro, organismos do governo e da sociedade para debater o desenvolvimento sustentável da região, a partir de temas como as mudanças climáticas, o financiamento da infraestrutura e o apoio das instituições de fomento às iniciativas locais de desenvolvimento.

O encontro é realizado em conjunto pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e pelo WWF-Brasil. Depois da edição Centro-Oeste, em julho, e do seminário no Sudeste, o próximo evento deve ocorrer na região Nordeste, em novembro. Para o secretário-executivo da ABDE, Marco Antonio Lima, as questões debatidas nos seminários são fun-

damentais para que o Brasil volte à trajetória de crescimento, a partir do desenvolvimento de estados e das regiões.

“A ABDE reúne instituições heterogêneas e tem como missão fundamental o debate sobre o desenvolvimento. Acreditamos na importância das parcerias com os agentes privados, mas o investimento público é crucial para que o país volte a crescer, com sustentabilidade. O que precisamos cobrar, e as instituições de fomento estão empenhadas nesse sentido, é para que haja maior efetividade”, afirmou.

A diretora de engajamento da sociedade do WWF-Brasil, Gabriela Yamagushi, destacou a importância da parceria com as instituições financeiras de desenvolvimento e ressaltou a importância do investimento em pesquisa e tecnologia para a

construção de um novo modelo de crescimento. “Não é o momento de estarmos polarizados. Podemos ter visões divergentes em alguns pontos, mas temos que construir caminhos comuns de desenvolvimento sustentável para o país.”, disse.

SUSTENTABILIDADE

Neste sentido, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) apresentou uma importante iniciativa que tem em prelo para apoiar os produtores rurais que já sofrem os efeitos das mudanças climáticas, com o aumento no número de eventos extremos ligados ao clima. A diretora operacional do banco, Maria Emília Vieira da Silva, explicou que mais de 70% do crédito concedido pela instituição é direcionada ao setor rural, bastante impactado pelas chuvas e pela crise hídrica ocorrida entre 2014 e 2017.

Pensando na insuficiência da concessão de empréstimos nos momentos de crise, em que a produção está quase paralisada, o banco decidiu ir além e passou a apoiar o projeto Reflorestar, iniciativa estadual que funciona a partir de seis eixos, que vão da manutenção da floresta em pé até os sistemas silvipastoril e agroflorestal. Ao todo, a instituição já liberou cerca de R\$ 42 milhões em recursos não reembolsáveis para produtores que empreendem ações de preservação. “É um momento em que esquecemos um pouco o substantivo ‘banco’ e lembramos do adjetivo ‘desenvolvimento’”, comentou, acrescentando que o Bandes também atua normalmente com financiamento à infraestrutura sustentável, como na construção de barragens, e à economia verde de modo geral, especialmente para micro e pequenas empresas.

O desafio das mudanças climáticas foi tema de painel mediado pelo gerente executivo da Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio), Pedro Mota Di Filippo, que contou também com a participação da superintendente de Mudanças Climáticas da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro de Ambiente e Sustentabilidade, Thais Kasecker, e do secretário-executivo do Iclei (Governos Locais pela Sustentabilidade), Rodrigo Perpétuo. Todos destacaram a urgência do debate sobre o tema, que já impacta cidades em todo o mundo. “O papel do Estado é pensar em políticas setoriais, em financiamento e apoiar a colaboração regional e a cooperação internacional. A maior dificuldade é engajar todas as partes interessadas e colocar todos à mesa para conversar. Por isso costumo dizer que não basta ter um plano, é preciso vontade política para tocar essa agenda, que é coletiva e intersetorial”, avaliou Kasecker.

“Existem diferentes mecanismos internacionais de financiamento que podem impulsionar a agenda do desenvolvimento sustentável, como os fundos vinculados ao Acordo de Paris e o *Prosperity Fund*, do governo do Reino Unido. Nosso desafio é materializar a questão da mudança do clima no co-

É preciso atrair o capital privado para atuar nessa área de saneamento e recursos hídricos. Temos ilhas de eficiência, hoje, mas o modelo atual chegou a um esgotamento.

Henrique Amarante Costa Pinto,
vice-presidente do BDMG

tidiano das pessoas, demonstrar que está relacionado a questões prementes como energia, desastres naturais e oferta de água”, completou Rodrigo Perpétuo.

SANEAMENTO

Outro painel tratou dos recursos hídricos e do saneamento. Para o vice-presidente do BDMG, Henrique Amarante Costa Pinto, esse é um tema prioritário, com muitos desafios para o país. “É preciso atrair o capital privado para atuar nessa área. Temos ilhas de eficiência, hoje, mas o quadro geral é muito ruim, o modelo atual chegou a um esgotamento”, diagnosticou, ressaltando a importância do Projeto de Lei (PL) nº 3261/19, em discussão na Câmara dos Deputados, que atualiza o marco legal do saneamento básico no país.

A diretora do Departamento de Financiamento de Projetos do Ministério do Desenvolvimento Regional, Luciana Capanema, lembrou que o saneamento tem relação com áreas fundamentais, como a saúde e o desenvolvimento socioambiental. Ela também destacou a importância do PL do Saneamento e disse ser preciso buscar novas fontes de recursos para financiar os investimentos no setor, visto que, dentro do Orçamento Público, há concorrência com outras áreas prioritárias, como saúde e educação.

A atuação do ministério para investimentos em saneamento conjuga a utilização de recursos não onerosos, instrumentos de mercado, como as debêntures incentivadas de infraestrutura, e fundos privados para estruturação de projetos. “Precisamos ainda de muitas outras ações, em termos de políticas públicas, porque a situação geral não é boa. Nós, brasileiros, merecemos um saneamento básico melhor do que temos hoje”, frisou.

A situação desafiadora foi trazida ao debate pelo representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Rodrigo Ferraz. A empresa possui mais de 28 milhões de clientes, em 374 municípios paulistas, e enfrenta a complexidade de estar em uma região onde a precipitação »

média anual de chuva é menor do que em outras regiões, mas é a mais populosa do Brasil. “Acredito que as Parcerias Público-Privadas são um caminho sem volta, não tem como fugir dessa solução”, defendeu.

A gerente do Departamento de Saneamento Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Letícia Pimentel, destacou que a desigualdade regional e social impõe desafios ainda maiores para o acesso à água: 82% das residências onde falta água tratada está concentrada na faixa dos que ganham até um salário mínimo. De acordo com a gerente, é necessário um investimento de R\$ 25 bilhões para a área, mas o país tem realizado metade disso, e ainda assim concentrado nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

A resolução dos principais desafios na área, em sua visão, passa por aumentar a eficiência e efetividade dos investimentos, ampliar a alavancagem do setor e desconcentrar os recursos. “É um setor muito heterogêneo, onde a qualidade do serviço varia mais em função da região em que está inserido do que com o fato de ser público ou de ser privado”, avaliou.

Dado o tamanho dos desafios, Capanema acredita que é preciso contar com todas as fontes de recursos, de forma complementar: financiamentos, por meio de bancos públicos e agências multilaterais; instrumentos do mercado de capitais; e recursos não onerosos, focalizado em localidades que não possuem retorno financeiro. O BNDES, além de suas tradicionais linhas de financiamento, tem atuado na estruturação de projetos, com iniciativas em andamento em sete estados.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

O seminário também contou com exemplos de organizações sociais que atuam para o desenvolvimento local, com foco na sustentabilidade. O presidente da Fundação Renova, Roberto Waak, lamentou que, no país, o aprendizado só se realiza após a ocorrência de desastres. A Renova é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pelos programas de reparação após o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana (MG).

A organização desenvolve ações em municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo localizados no entorno do rio Doce, atingido pela tragédia. Os programas se realizam por meio de três eixos: Terra e Água, com ações de biodiversidade, gestão hídrica e uso do solo; Reconstrução e Infraestrutura, que inclui o reassentamento de mais de 400 famílias, além de obras de saneamento, contenção de rejeito e infraestrutura urbana; e Pessoas e Comunidades, considerado o principal por Waak. “Mais do que um desastre ambiental, foi um desastre humano, com grande impacto sobre as pessoas e as comunidades locais. As indenizações ainda são o maior desafio”, esclareceu o presidente.

As ações nesse eixo compreendem também o fomento à

economia, que era em grande parte informal. Para apoiar as ações, foram criados três fundos: Desenvolve Rio Doce, Compete e Desenvolve Mariana. O BDMG e o Bandes possuem parceria com a Renova na operacionalização e repasse de recursos para a atividade produtiva.

Outro exemplo apresentado no seminário, com recepção calorosa do público participante do encontro, foi relatado pelo biólogo e gestor ambiental Joel Araújo Serqueira, coordenador-técnico da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (Cooperaçu). Ele contou a história da cooperativa, formada por pequenos agricultores no norte de Minas Gerais, reunidos ao longo do rio Peruaçu.

Em sua apresentação, Serqueira demonstrou como os produtos da sociobiodiversidade da região, as agroflorestas cultivadas no local e as capacitações são fonte de renda e de desenvolvimento regional sustentável. “Historicamente, o norte de Minas foi conhecido como fornecedor de carvão; nós estamos lutando para mudar isso, para manter nossas matas de pé e nossas comunidades desenvolvidas”, comentou.

Com produtos extraídos de frutos como o buruti, o umbu, o coquinho azedo e a cagaita, os produtores locais já marcam presença em feiras de todo o país e colhem resultados que se reverterem em melhorias para a localidade. Recentemente, a cooperativa celebrou uma parceria com o Instituto Federal de Minas Gerais e foi criado um polo avançado da instituição na região, com cursos técnicos e profissionalizantes da área agropecuária. “Não apenas o Cerrado, mas outros biomas, precisam ser olhados de outra forma: eles são, também, fonte de renda e desenvolvimento”, concluiu.



Gestão hídrica foi um dos temas do seminário, em painel com a participação do representante da Sabesp, Rodrigo Ferraz.

Inovar, por quê?

Por que as empresas inovam? Por que investir tempo e dinheiro em novos produtos, novos modelos de gestão, novas tecnologias? Se o jeito tradicional de tocar o negócio está dando certo, para que tentar fazer diferente? Em tempos de crise, onde parte expressiva dos empreendedores brasileiros se vê às voltas com uma série de dificuldades para honrar seus compromissos financeiros, gastar tempo e dinheiro para levar a empresa a realizar algo que ela nunca fez pode parecer uma aventura arriscada.

Inovar é algo inerente à própria atividade de empreender. Todo empresário é alguém que, em algum momento, enxergou uma oportunidade de negócio onde mais ninguém via. Que teve a ousadia de se colocar no mercado e oferecer um produto ou serviço que atendesse às necessidades e desejos de outras pessoas.

Entretanto, em nome da estabilidade do negócio, muitas vezes os empreendedores acabam abrindo mão da inovação. Eles passam a acreditar na máxima de que “em time que está ganhando não se mexe”. E é exatamente nesse momento que muitas empresas começam a entrar em declínio.

Se é um fato que o empreendedor não pode deixar de inovar nunca, isso é ainda mais verdade em momentos de crise. Quem consegue antever tendências, prever os movimentos do mercado e dos seus clientes, acaba largando na frente. Assim, a inovação se torna o diferencial de sobrevivência de muitas empresas, o passaporte para o sucesso.

Para microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, a palavra inovação pode assustar. Afinal, para o senso comum, inovar implica elevados investimentos, adoção de tecnologia de ponta, contratação de técnicos e consultores com altos custos... algo impensável, completamente fora da realidade dos pequenos negócios. Ciente desses obstáculos, o Sebrae atua de forma permanente, nas últimas décadas, para desmistificar o conceito de inovação e facilitar o acesso de micro e pequenas empresas a esse universo.

Entendemos que somente a inovação e a elevação dos níveis de competitividade e produtividade das empresas brasileiras serão capazes de fazer com que a economia saia do atoleiro ao qual fomos atirados nos últimos anos. É o caso da nossa indústria, por exemplo. Enquanto a produção industrial no restante do mundo cresceu 10% desde 2014, a atividade nas nossas fábricas caiu 15% no mesmo período – e não recuperou

o patamar em que se encontrava antes da recessão. O mais grave, segundo os especialistas, é que se nada for feito o Brasil corre o sério risco de deixar de figurar entre os 10 maiores países industriais.

Assim, o Sebrae tem investido em uma série de programas e parcerias que estão levando inovação a empreendedores, em todos os segmentos de atividade, nos mais diversos pontos do país. Desde pequenos negócios da cadeia produtiva de óleo e gás até as pequenas propriedades rurais. Entre essas ações estão editais de inovação, aceleração de *startups*, mentorias e consultorias, como o Agente Local de Inovação.

Representando mais do 99% do total dos empreendimentos existentes no país e sendo responsáveis por 8 de cada 10 empregos formais, as micro e pequenas empresas não podem ficar de fora da evolução que marca os nossos tempos. Por isso, não há exagero quando afirmamos “não há futuro para o Brasil fora da inovação; inovação e produtividade caminham juntas, não chegaremos lá se não apoiarmos o desenvolvimento dos pequenos negócios”. Precisamos transformar essas frases em mantras para que o país consiga sair da inércia.



Charles Damasceno

BRUNO QUICK

Diretor Técnico do Sebrae.

Convenções e crescimento no Brasil

O investimento é determinante central do crescimento econômico, mas é muito volátil. Sem ele não há ampliação da oferta agregada, emprego e renda no longo prazo. Sua volatilidade decorre da impossibilidade de se saber antecipadamente seu retorno, porque o conhecimento requerido para tal é, no presente, insuficiente: prevalece a “incerteza fundamental”. Por isso, expectativas são formadas com base em convenções, que são crenças compartilhadas, capazes de ancorar as expectativas quando estão estáveis. Mas elas são também voláteis, pois são apenas crenças (compartilhadas).

Logo, a construção de convenção otimista, sobre um futuro lucrativo, estimula o investimento privado, e a política econômica influencia as convenções. Diversas são as causas da crise econômica brasileira iniciada em 2014. Trataremos do papel das convenções e efeitos da política fiscal sobre elas para explicar a crise e sugerir o caminho (fiscal) do crescimento.

Entre 2011 e 2014, a política fiscal foi inconsistente. O governo lançava simultaneamente em 2011 o Programa de Aceleração do Crescimento 2, visando promover o investimento público, e implementava contração fiscal (queda dos seus investimentos, inclusive das empresas estatais), emitindo sinais contraditórios. Perseguiram-se superávits primários em 2011-14, mas implantou-se ampla política de isenção tributária/subsídios, que reduzia as receitas do Estado e prejudicava seu financiamento, enquanto as despesas financeiras do governo, inclusive com juros da dívida, cresciam, alcançando 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014. Esperava-se que a contração fiscal abrisse espaço para o aumento do investimento privado. Porém, este depende de convenção otimista, associada à expectativa de aumento da demanda, que, por sua vez, era inibida com a política fiscal delineada. À queda de receitas pelas desonerações somou-se uma menor arrecadação que veio com o *downturn* da economia. Assim, as finanças públicas eram tidas por confusas, inspirando convenção pessimista sobre seu comportamento e sustentabilidade futuros – o desgaste da convenção foi reforçado pela “contabilidade criativa” e metas irrealistas de superávit primário.

Em 2015, já em intensa desaceleração econômica iniciada em 2014, com a qual contribuiu a Lava-Jato e o corte de investimentos da Petrobras e grandes empreiteiras, o governo

comprometeu-se com forte redução de gastos e, em 2016, com o “Teto dos Gastos”. O descontrole das contas públicas deve ser detido, pois estimula convenção negativa. Mas, em desaceleração/recessão econômica o ajuste fiscal deve ser feito com impostos sobre pessoa física, sem prejudicar a demanda agregada e empresas, pois o corte de gastos em plena recessão estimula convenção negativa, inibindo investimentos, a demanda agregada e a arrecadação do próprio governo. Neste caso, suas receitas caem mais do que seus gastos, e sua dívida não cai, mas aumenta: foi o que ocorreu em 2015-16.

O investimento público contracíclico fomenta convenção positiva no âmbito de um orçamento público intertemporalmente equilibrado, como propôs Maynard Keynes. Superávits e déficits públicos em períodos alternados não pressionam a dívida pública. Sem mudar a regra do Teto dos Gastos e aumentar o investimento público em infraestrutura, mobilidade urbana, educação e saúde, dificilmente a convenção otimista, capaz de alavancar investimentos privados, irá emergir para contratar a retomada sustentada do crescimento da economia brasileira.

Arquivo ABDE



MARCO FLÁVIO C. RESENDE

Economista. Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

Capacitação da indústria farmacêutica nacional

As grandes empresas farmacêuticas nacionais vêm criando conhecimento e construindo acumulação tecnológica, essencial para o processo inovativo de maior complexidade e sustentabilidade, diferentemente da média das transnacionais atuantes no Brasil. Esta tendência de avanço das capacidades tecnológicas das grandes empresas nacionais produtoras de medicamentos foi confirmado a partir de 2008, e se manteve mesmo após a crise da economia brasileira a partir de 2011¹.

Esta afirmativa fica ainda mais evidente ao se examinar a estratégia inovativa do Grupo FarmaBrasil². O grupo reúne 12 empresas nacionais: Aché, Biolab, Biommm, Bionovis, Blanver, Cristália, EMS, Eurofarma, Hebron, Libbs, Orygen e Recepta-Bio³. Elas respondem por 25% das unidades vendidas no mercado brasileiro e quatro estão entre as dez, e oito entre as 30 maiores empresas farmacêuticas que atuam no país.

Nove empresas do grupo participaram da Pesquisa de Inovação Tecnológica, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 2008 e 2014, e apresentaram um perfil diferenciado em relação às atividades inovativas: 92% delas realizaram alguma atividade inovativa nesse período, enquanto apenas 51% das empresas de produtos farmoquímicos e farmacêuticos atuando no Brasil o fizeram.

Quanto ao tipo de atividade de inovação, as atividades internas e aquisição externa de P&D diferenciam ainda mais fortemente a estratégia do grupo: o percentual gasto em relação à receita líquida nessas duas atividades foi de 3,8% em 2008, atingindo a soma de 5,1% em 2011 e decrescendo de maneira sutil para 4,6% em 2014. Este resultado foi quase o dobro do observado para a indústria farmoquímica e farmacêutica. É importante ainda registrar que a aquisição de máquinas e equipamentos, componente de inovação incor-

porada e não endógeno, passa de 32,9% do total, na primeira pesquisa, para apenas 2,4% na última. Esse movimento não ocorreu com os fabricantes de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, que mantiveram um gasto de 15% nas pesquisas de 2011 e 2014, bem superior ao grupo de empresas do FarmaBrasil.

O grupo mostra, a partir desses indicadores, que está caminhando para tornar endógeno o processo de inovação, por meio do *learning by searching e interacting*, os dois tipos de aprendizados considerados ativos na capacitação tecnológica das empresas na literatura econômica. O foco dessas empresas nos tipos de atividades ressaltados e a sua continuidade permitem maior acumulação de conhecimentos tecnológicos, e, principalmente, a visão de ampliar esses conhecimentos e produzir inovações.

Estes resultados corroboram a evolução das capacidades tecnológicas das empresas associadas ao grupo FarmaBrasil como um caso destacado das empresas farmacêuticas nacionais, já que elas dão maior importância à capacitação interna frente à incorporação de tecnologia e sua superioridade em relação à mera importação de tecnologia do exterior, muitas vezes incorporada em máquinas e equipamentos.



Divulgação

LIA HASENCLEVER

Professora aposentada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente professora colaboradora da Universidade Cândido Mendes. Organizadora do livro *Economia Industrial das Empresas Farmacêuticas*.

¹ Para aprofundamento do tema, ver Paranhos *et al.* (2019) em <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-list/enei2019-322/list#articles>

² Este estudo de caso está disponível com mais detalhes em Cunha e Hasenclever (2019) em <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-list/enei2019-322/list#articles>

³ A Orygen é uma *joint venture* da Biolab com a Eurofarma e a Bionovis da Aché com EMS, Hypera Pharma e União Química; ambas são produtoras de medicamentos biotecnológicos. A Hebron produz fitoterápicos. A ReceptaBio é uma empresa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para medicamentos biotecnológicos.



Potencial a explorar

Brasil volta a dedicar atenção ao turismo como um vetor de indução ao desenvolvimento sustentável com forte impacto na organização das cidades e estados. Programas federais e fundo de financiamento são algumas das ações que contam com a parceria da Associação Brasileira de Desenvolvimento. **POR CARMEN NERY**

A atividade turística como indutora do desenvolvimento econômico e social depende não somente da existência dos recursos naturais e culturais, mas de uma ação de planejamento e gestão eficaz e integrada entre o poder público e a iniciativa privada. Diante dessa constatação, o Ministério do Turismo (MTur) decidiu incentivar a atividade por meio da atualização do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e da ampliação do alcance do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), que existe desde 1971, e visa a prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

A partir das bases do Plano Nacional do Turismo 2018-2022 e do objetivo de regionalização, o Ministério buscou o alinhamento das Políticas Nacionais do Turismo e de ações entre os setores público e privado. Criado há 24 anos, o Prodetur foi atualizado como Prodetur+Turismo, programa que apoia os setores público e privado do segmento, no acesso a recursos provenientes de financiamentos nacionais e internacionais.

O objetivo é viabilizar a execução de projetos de estruturação do turismo como uma das medidas para o desenvolvimento, fomento e investimentos no setor, gerando emprego, renda e inclusão social. O programa apoia projetos de estados, Distrito Federal, municípios, empresários, empreendedores e investidores do setor privado.

Os eixos do programa incluem gestão descentralizada do turismo, planejamento e posicionamento de mercado, qualificação profissional dos serviços e da produção associada, empreendedorismo, captação e promoção de investimentos, infraestrutura turística, informação ao turista, promoção e apoio à comercialização e monitoramento.

Eduardo Madeira, coordenador geral de planeja-

mento territorial do Ministério e responsável pela gestão do Prodetur+Turismo, explica que esta é a terceira fase do programa. Na primeira – antes da criação do MTur, quando ainda era gerido pela Embratur e pelo Ministério dos Esportes –, era baseado em programas regionais, porém o único que prosperou foi o do Nordeste. Após a criação do Ministério, em 2003, o programa foi incorporado à pasta e planejou-se a segunda fase do programa, desta vez nacional, em janeiro de 2008, para que estados e capitais pudessem acessar os recursos que eram exclusivamente internacionais, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). “No sentido de ampliar a política pública de turismo, o programa foi atualizado para as novas políticas nacionais com a criação do Prodetur+Turismo. Nesses 24 anos, os programas acumularam uma carteira de US\$ 2 bilhões”, diz Madeira.

O Prodetur+Turismo está disponível no apoio ao crédito para todos os municípios que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro – 2,6 mil cidades e 336 regiões turísticas –, além dos estados. Também foi incorporada a cadeia do turismo do setor privado para apoio às ações integradas.

“A ideia é que onde haja investimento público, seja possível também atrair o investimento privado. Onde se gera demanda por meio do investimento público, gera-se oferta do setor privado. Essa foi a proposta do programa e também da criação do Selo+Turismo”, destaca Madeira.

O selo identifica os planos ou projetos, apresentados e previamente analisados pelo Ministério, que são prioritários para o desenvolvimento do turismo no Brasil por estarem alinhados com as políticas nacionais para o setor. São, portanto, prioritários para receber o apoio para concessão de crédito. »

PARCERIA

A Associação Brasileira do Desenvolvimento (ABDE) é parceira do Progetur+Turismo, ao lado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), da Embratur e do Sebrae. Seis dos associados da ABDE operam os recursos do Fungetur: os bancos de desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), de Minas Gerais (BDMG) e do Extremo Sul (BRDE), e as agências de fomento dos estados do Rio Grande do Sul (Badesul), de Mato Grosso (Desenvolve MT) e de São Paulo (Desenvolve SP). O Banco do Estado de Sergipe e a Caixa Econômica Federal também operam o fundo.

“Essa é uma grande oportunidade de apoiarmos os estados e as cidades turísticas para desenvolverem seus aparelhos turísticos. A ABDE está atenta a esse momento e fechamos uma parceria para intensificar a participação dos associados junto ao fundo e nos eventos”, destacou o presidente da ABDE, Perpétuo Cajazeiras.

Silvana Melo do Nascimento, diretora da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo do Ministério do Turismo, informa que o órgão promoverá ainda este ano um novo credenciamento para ampliar o número de agentes financeiros contratados, com o objetivo de aumentar a abrangência de regiões contempladas com os recursos do Fungetur. “Existe uma expectativa grande dos bancos de fomento quanto ao credenciamento. Temos para este ano um orçamento de R\$ 166 milhões”, informa. O edital para o credenciamento foi publicado no fim de outubro.

Ela esclarece que o Progetur+Turismo é um programa financiado com recursos das instituições financeiras parceiras. Já o Fungetur é um fundo específico para o setor privado que financiou grandes projetos turísticos do país. “Abrimos recentemente a possibilidade de usar recursos do fundo para capital de giro, antes era apenas para capital fixo para investimento em bens”, explica Silvana.

Madeira acrescenta que, a partir de 2017, o Ministério do Turismo mudou a forma de remuneração do fundo, tornando-o mais acessível. Atualmente, a taxa para obras é de 6% ao ano, acrescido do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e a de bens e equipamentos, 5% ao ano mais INPC, ambos com prazo de pagamento de 20 anos.

Outra meta do ministério é buscar novas fontes de recursos para ampliar a atuação do programa e do fundo. Estão sendo estudadas parcerias com instituições financeiras internacionais para obtenção desses recursos.

“O Selo+Turismo é o grande instrumento de gestão que norteia a integração com o Sistema Nacional de Fomento, porque qualifica os projetos de desenvolvimento e estruturação de destinos turísticos. Eles passam a ser prioritários no apoio do ministério e nessa parceria, tanto com a ABDE e seus associados e, de uma forma específica, com o BNDES – que é o grande financiador do programa nessa terceira fase. O projeto que entra em algum desses bancos com o Selo+Turismo tem priorização na análise”, ressalta Madeira. O ministério não faz análise de crédito e capaci-



Noel Joaquim Faia

dade de pagamento, tarefa a cargo dos bancos.

“Nós estamos incluindo agora a solicitação para que o município apresente sua capacidade de endividamento, pois o objetivo principal do programa é o apoio ao crédito. Por meio das agências e bancos associados à ABDE, vamos apoiar o município para que tenha acesso mais fácil e mais rápido ao crédito para implementar o projeto de desenvolvimento do turismo. Todo o processo é eletrônico”, acrescenta Madeira.

Podem ser financiados nos estados projetos de infraestrutura básica e turística; saneamento básico; transporte e mobilidade urbana, iluminação pública, requalificação urbana; investimentos para implantação, expansão, modernização e/ou recuperação de empreendimentos, infraestrutura, incluindo estudos, projetos, obras civis, instalações, treinamento, entre outros; produção ou aquisição de máquinas e equipamentos novos (inclusive veículos utilitários, ônibus, caminhões e aeronaves), de fabricação nacional e credenciados pelo BNDES; bens novos, insumos, serviços, softwares; capital de giro; entre outros.

O empreendimento privado, por sua vez, deve estar em município que compõe o Mapa do Turismo Brasileiro; a atividade/serviço deve ser enquadrada como uma das 52 Atividades Características do Turismo (ACTs), por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Além de estar inscrito no sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo – Cadastur, quando obrigatório. Além de apresentar um plano de negócios.

A partir da parceria com a ABDE, o MTur está permitindo o acesso de todos os associados da entidade ao sistema de concessão do Selo+Turismo. Cada banco de desenvolvimento e agência de fomento em seu estado vai visualizar os projetos da região e poderá prospectar os projetos de forma a agilizar a oferta de crédito. Madeira diz que a grande dificuldade hoje dos municípios é a elaboração de projetos executivos, devido ao custo, pois às vezes pode chegar a 10% do valor do projeto.

Ele ressalta que não bastam apenas boas intenções para desenvolver o turismo, sendo necessários investimentos. Como o ministério não tem orçamento, adotou uma estratégia para incentivar o investimento por parte de estados, municípios e setor privado. A partir do Progetur+Turismo, do Fungetur e da parceria com os associados da ABDE, o MTur tem alcançado o objetivo de fomentar o investimento.

“Com isso temos conseguido um fator multiplicador de investimentos, pois quanto mais se investe, mais emprego e renda são gerados, mais capacidade de investimento o município tem e assim sucessivamente”, diz Madeira.

O Prodetur+Turismo começou a ser divulgado em julho de 2018. Como resultados dos programas, foram recebidas 290 propostas; conferidos 170 Selos+Turismo, sendo 103 para municípios, cinco para estados e 38 para projetos privados. A soma das propostas com o selo é de R\$ 5,4 bilhões.

A maior parte, 64%, são médias empresas; as »

MTur



Variedade exposta no Mercado Central de Belo Horizonte.



Orla de Balneário Camboriú, Santa Catarina

A previsão é de que o novo credenciamento seja concluído em novembro. A palavra-chave de todo esse processo é parceria. O MTur não conseguiria fazer nada sem as parcerias com ABDE, BNDES, Sebrae e também com o setor privado, desde microempresas até grandes empreendimentos.

Eduardo Madeira
Ministério do Turismo

pequenas empresas representam 23%; e as micro, 13%. São projetos para agências de viagem/operador turístico, bares e restaurantes, festas e eventos, locadoras de transporte turístico, hospedagem, parque temático, transportadoras. A região Nordeste representa 48% dos recursos, somando R\$ 2,575 bilhões; seguida pela região Sul, com R\$ 1,655 bilhão; Norte, com R\$ 1,369 bilhão; Sudeste, com R\$ 751 milhões; e Centro-Oeste, com R\$ 397 milhões. “A previsão é de que o novo credenciamento seja concluído em novembro. A palavra-chave de todo esse processo é parceria. O MTur não conseguiria fazer nada sem as parcerias com ABDE, BNDES, Sebrae e também com o setor privado, desde microempresas até grandes empreendimentos”, ressalta Madeira.

O Badesul está entre as instituições de fomento que mais operaram o Progetur+Turisomo e o Fungetur. Jeanette Lontra, presidente do Badesul, conta que a agência de fomento foi uma das primeiras instituições contempladas pelo MTur para operar o programa no final de 2017. A partir de então, passou a divulgar a linha de crédito e foi a primeira instituição a contratar com o Ministério do Turismo, em abril de 2018, um financiamento de R\$ 5 milhões para um hotel em Gramado.

“Um representante do Ministério do Turismo veio inclusive a Porto Alegre para assinar este contrato. Desde então, já conseguimos aplicar R\$ 19,5 milhões em projetos de turismo no estado. Temos, inclusive, projetos inovadores, como um parque

termal na fronteira com o Uruguai numa área de campo mais com potencial para o agronegócio. Foram quatro operações, incluindo ainda o primeiro Hard Rock Café do Sul e um outro hotel em Gramado, cidade que é o segundo polo turístico do país”, enumera Jeanette.

Ela informa que a instituição vem atuando com a secretaria estadual de turismo para estimular o turismo em outras regiões do estado com potencial para a atividade turística. O Fungetur financia até R\$ 10 milhões para aquisição de bens e máquinas e equipamentos com participação de 80% do projeto, prazo de até 20 anos e cinco de carência, taxa Selic mais *spread* de 6% a.a. e até 30% de capital de giro associado. O fundo também financia até R\$ 1 milhão - com participação de 100% do financiamento - para capital de giro, *spread* de 7% a.a., prazo de 48 meses, sendo seis de carência.

O Badesul também trabalha com o Prodetur+Turismo, porém o enquadramento se dá com as linhas de crédito BNDES Automático e BNDES Finame. Jeanette informa que a instituição opera no setor público com o programa Prodetur+Turismo, só que com recursos próprios. Desde o ano passado, já foram aprovados R\$ 23,7 milhões.

“Fomos o primeiro agente financeiro a contratar o Prodetur+Turismo, um financiamento de R\$ 9,7 milhões para a prefeitura de Canela, depois mais dois financiamentos de R\$ 7 milhões com as prefeituras de Farroupilha e de Canoas. E temos em análise mais R\$ 14,7 milhões para outros municípios”, revela Jeanette.

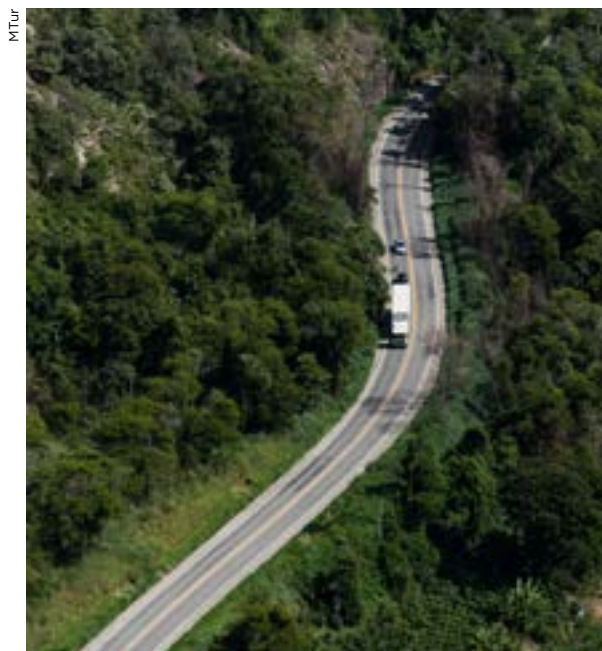
AÇÕES LOCAIS

Outro programa é o Mais Turismo RS, em parceria com a secretaria estadual de turismo e o Sebrae. Um dos focos é a Região das Missões e o Aparato das Serras, onde estão os cânions, que têm um grande potencial turístico. A agência de fomento também tem priorizado o turismo ecológico e o enoturismo. Além de Gramado, Bento Gonçalves tem se sobressaído como polo turístico. “Temos focado não apenas nas grandes vinícolas, mas também nas pequenas propriedades com produção de uvas e vinhos. Outra atividade potencial é a do agroturismo; há muitas regiões com produção rural que podem atrair turistas”, diz Jeanette.

“Temos hoje já em carteira mais de R\$ 40 milhões de investimentos só no setor privado e, em fase de análise junto ao setor público, mais R\$ 15 milhões. Há muita demanda nesses dois setores, e o Rio Grande do Sul tem muitos lugares bonitos que precisam ser trabalhados”, conclui.

José Xisto de Campos, superintendente de produtos e inovação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), informa que o banco assinou contrato para operar o Fungetur em dezembro de 2017, iniciando sua atuação com o fundo em abril de 2018. Desde então, tem incrementado a sua atuação junto ao setor do turismo em Minas Gerais, considerado fundamental para a economia do estado.

Minas Gerais possui 471 municípios no mapa do turismo de 2019, o que corresponde a 55% dos municípios do estado. Para o »



Estrada de Venda Nova do Imigrante, cidade situada no interior do Espírito Santo, região considerada circuito turístico do Agroturístico.



Fronteira Brasil e Uruguai.



Gramado, município do estado do Rio Grande do Sul.

Prodetur+Turismo, o banco tem estudado a melhor forma de conduzir a sua atuação. Como o programa é voltado principalmente para municípios, o BDMG já tem uma atuação destacada neste segmento, trabalhando atualmente com a alta demanda gerada pelo seu último edital destinado aos municípios mineiros.

Suas principais linhas são voltadas para aquisição de máquinas e equipamentos; construção, ampliação ou reforma de prédios públicos municipais; mobilidade e drenagem urbana; eficiência energética; e soluções de abastecimento de água, tratamento de esgotos e resíduos sólidos. Todas estas iniciativas qualificam os municípios mineiros em suas iniciativas voltadas para o turismo, gerando melhores condições de vida para suas populações e melhores condições de acolhimento de fluxos turísticos.

Campos conta que o BDMG estruturou o seu *back office* de vendas e elaborou processos para poder atender as micro, pequenas e médias empresas com as linhas voltadas para investimentos fixos e máquinas e equipamentos. Foi elaborada uma campanha digital de vendas para comunicar a nova oferta e a equipe comercial mobilizou-se para levar o produto aos empreendimentos do setor turístico de Minas Gerais.

“Para a nova linha de capital de giro isolado, voltada exclusivamente para micro e pequenas empresas, o banco ofertará o produto no BDMG Digital, sua plataforma de vendas na internet. O cliente poderá solicitar o crédito on-line. A oferta também estará disponível em toda a rede de correspondentes bancários no estado de Minas Gerais. O banco já celebrou 27 contratos para empreendimentos de portes e segmentos variados. A expectativa é crescer o volume com a oferta da nova linha de capital de giro”, informa Campos.

“O BDMG contratou R\$ 23,96 milhões de recursos do Fungetur, desde o início de suas operações com o fundo, no fomento às ativida-

des turísticas, para financiamento de máquinas e equipamentos, projetos de investimento, implantação ou reforma. Desse montante, R\$ 15,5 milhões já foram liberados”, anuncia Campos.

Campos ressalta que, além do financiamento às empresas da cadeia produtiva do setor, o BDMG tem alinhado sua atuação junto a outros segmentos, tais como economia criativa, gastronomia e cultura. É possível identificar arranjos econômicos locais onde estas atividades se conectam e se complementam, e a atuação regionalizada com este foco tem sido uma estratégia para potencializar os efeitos econômicos a longo prazo destas iniciativas. “A parceria com o MTur tem sido muito importante para sinalizarmos ao mercado que o Fungetur pode ser a melhor alternativa de financiamento às diversas nuances do setor turístico encontradas em nosso estado”, destaca Campos. Ele acrescenta que essa relação tem dado bons frutos e um exemplo disso é a possibilidade de financiamento de capital de giro, uma resposta positiva do MTur ao pleito do BDMG e de outros agentes financeiros para o melhor atendimento às micro e pequenas empresas.

Já o BRDE foi habilitado para operar com recursos do Fungetur em setembro de 2017 e iniciou as contratações em 2018. Entre 1994 e 2000, o banco também atuou com recursos do Fungetur. O BRDE conta com agências nas capitais dos três estados da região Sul, além de dez espaços de divulgação em cidades do interior dos estados. Toda a sua equipe de prospecção e análise de projetos é utilizada para aplicar os recursos do Fungetur. O BRDE aplicou os recursos do fundo e, em dezembro de 2018, obteve um aumento do valor disponibilizado pelo MTur.

De 2018 a agosto de 2019, 24 projetos foram contratados, totalizando R\$ 78,7 milhões. Entre 1994 e 2000, o banco também atuou com recursos do Fungetur, num total de R\$ 10,5 milhões (valores nominais). As condições seguem as regras estabelecidas pelo MTur, como taxa de 6% a.a. para investimento fixo ou 5% a.a. para aquisição de máquinas e equipamentos (+ INPC), prazo máximo de 240 meses para investimento fixo e 60 meses para aquisição de máquinas e equipamentos, com financiamento de até 80% do projeto para investimento fixo e 100% para a aquisição de máquinas e equipamentos. O valor acumulado até hoje com os projetos de turismo é de aproximadamente R\$ 450 milhões (valores nominais).

SUSTENTÁVEL

O BRDE também criou em junho de 2017 o Programa de Fortalecimento do Turismo na Região Sul denominado “BRDE Protur”. O objetivo foi fortalecer a atua-

ção do banco no segmento mediante assessoria e apoio técnico, além do apoio creditício a empreendimentos prestadores de serviços reconhecidos pelo MTur como de interesse turístico. Atualmente, o BRDE está formatando uma operação junto ao banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que deverá ter o turismo como um dos setores contemplados com apoio.

“O BRDE vem buscando incorporar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como norteadores de sua atuação. Neste sentido, o turismo é um dos segmentos que está no centro da estratégia do banco, na medida em que se trata de um setor altamente gerador de emprego e renda e que, quando gerido de forma adequada, apresenta baixo impacto ambiental”, diz Marcone Souza Melo, gerente de operações do BRDE.

No Paraná, 217 municípios estão presentes no mapa do turismo, com destaque para Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina. No Rio Grande do Sul, são 345 municípios presentes no mapa do turismo, com destaque para: Gramado e Porto Alegre. E em Santa Catarina, 177 municípios estão presentes no mapa do turismo, com destaque para Balneário Camboriú, Bombinhas, Florianópolis, Itapema e Joinville.

Maurício César Duque, diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), afirma que o turismo é uma atividade importante na geração de empregos e renda na economia local. Ele ressalta que o Espírito Santo dispõe de diversos atrativos turísticos a serem explorados. Sua posição geográfica, próxima aos grandes centros urbanos do país, favorece não apenas a atração do turista de lazer, mas também a realização do turismo de eventos e turismo de negócios.

“O Bandes atua de forma alinhada com a estratégia de desenvolvimento do setor do governo do estado, que estabelece rotas

turísticas, planos regionais e por segmento turístico, para identificar oportunidades de investimento. Portanto, financiar o turismo é promover o desenvolvimento sustentável”, reforça Duque.

Em janeiro de 2018, o Bandes passou a ser a instituição capixaba credenciada como repassador de recursos do Fungetur, do MTur. A nova fonte de recursos potencializou mais a atuação do banco no setor. Desde então, o Bandes aprovou 11 projetos com recursos do Fungetur, num total de R\$ 3,3 milhões aplicados em pequenos e médios empreendimentos turísticos capixabas.

“Tradicionalmente, o Bandes apoia as particularidades econômicas de cada região com crédito estruturado e orientado para que tenhamos um arranjo econômico local forte, que promova a geração de emprego e de renda, que crie possibilidades de surgimento de novos negócios. O Espírito Santo, com montanhas e um litoral belíssimo, pode incrementar essa vocação, com uma rede turística moderna e competitiva”, diz Duque.

Ele destaca que, além da sede em Vitória, o Bandes procura estar próximo dos clientes por meio de parcerias em todo o estado com entidades ligadas ao fomento da atividade turística e atuação próxima à secretaria de turismo. Assim, o banco fortalece sua atuação junto aos empreendimentos planejados para funcionar articulados junto aos circuitos turísticos capixabas e às Rotas Turísticas do Espírito Santo.



Parque Nacional de Aparados da Serra, localizado entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.



Noel Joaquim Falad

Premiados em 2019

Em sua sexta edição, o Prêmio ABDE-BID de Artigos sobre o Sistema Nacional de Fomento teve recorde de participações: 68 trabalhos foram inscritos, um aumento de quase 40% em relação à edição passada. Promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a premiação estimula reflexões sobre o desenvolvimento brasileiro.

A partir desta edição, a *Rumos* publica o resumo dos vencedores e segundos colocados em cada uma das três categorias: Desenvolvimento em debate; Inovação Financeira: finanças verdes, *fintechs* e PPPs; e Sistema OCB: Desenvolvimento e cooperativismo de crédito. São trabalhos que analisam diferentes aspectos da economia e refletem sobre a realidade brasileira.

Vencedor da categoria 1, o economista Igor Lopes Rocha compara a diversificação produtiva, a transição estrutural e a densidade das cadeias produtivas no Brasil e na Coreia do Sul. Ele aponta que, embora os dois países tenham vivido a intensificação de reformas neoliberais nos anos 1990, os resultados das políticas aplicadas foram muito distintos. O Brasil perma-

neceu preso em um cenário de renda média, resultando em um desempenho econômico insustentável.

Já Gustavo Alexandre Duda Mattana, premiado na categoria 2, analisa a interação entre o fenômeno das *fintechs* e as agências de fomento. Seu trabalho procurou responder algumas questões sobre riscos e oportunidades nessa relação, com um exercício de avaliação estratégica, baseado na aplicação da metodologia SWOT. Mattana é analista de Desenvolvimento na Agência de Fomento do Estado do Paraná (Fomento Paraná) e já havia submetido artigo em outras duas edições do prêmio, em 2014 e 2016. Foi premiado pela primeira vez.

O trabalho vencedor da categoria 3, de Marcelo Henrique Shinkoda e Marcelo José Braga, debate o efeito das fusões nas cooperativas de crédito brasileiras. O objetivo do artigo foi aferir se as incorporações entre as instituições promoveram ou não variações na eficiência dessas financeiras.

Todos os vencedores, além da publicação da íntegra do artigo em livro do prêmio, receberão valores em dinheiro e certificado de participação. Na próxima edição da *Rumos*, serão publicados os resumos dos segundos colocados.

Estruturas produtivas no Brasil e na Coreia do Sul

Desde o início da crise da dívida em 1982, o Brasil e a Coreia do Sul mostraram desempenhos econômicos distintos. Durante os anos 1990, nos dois países, embora em graus diferentes, as reformas neoliberais foram intensificadas sob o pressuposto de que as economias poderiam se ajustar efetivamente a um ambiente internacional difícil, com uma liberalização comercial e financeira. Tais mudanças ensejariam um novo dinamismo das estruturas produtivas dos países com crescimento robusto da produtividade e competitividade destas economias.

No entanto, como amplamente sabido, Brasil e Coreia do Sul apresentaram resultados muito distintos. No Brasil, a estrutura produtiva foi afetada por um processo de especialização prematura nos níveis inter e intrassetoriais. Dados intrassetoriais da manufatura revelaram que, durante o estágio de especialização produtiva, o país asiático aumentou acentuadamente a participação de setores de média e alta tecnologia, enquanto o Brasil, embora mais diversificado, permaneceu dependente de setores menos dinâmicos. Do ponto de vista comparativo do desenvolvimento econômico, essa dicotomia impulsionou diferentes processos de causalidade cumulativa e, conseqüentemente, impactou as taxas de crescimento dos países de maneira distinta. Portanto, não por coincidência que a queda constante da participação brasileira na manufatura global foi seguida por uma evolução regressiva no Produto Interno Bruto (PIB) global. Conseqüentemente, o Brasil permaneceu preso em um cenário de renda média, resultando em um desempenho econômico insustentável.

Analisando ainda os fatores (demanda, comércio e mudança tecnológica) que contribuíram para a formação dessas estruturas produtivas à luz das políticas de liberalização implementadas durante a segunda metade da década de 1990, é possível identificar movimentos interessantes. De 1995 a 2002, no auge das reformas neoliberais, o Brasil aumentou sua produção industrial em apenas 9,1%. Nesse período, com exceção das exportações, todos os componentes apresentaram variações negativas. Em um dinamismo econômico distinto, a produção industrial sul-coreana aumentou 58,3%, dos quais 50,7% foram explicados pelas exportações. Além disso, essa expansão foi composta principalmente por indústrias de média e alta tecnologia. No período subsequente, de 2003 a 2008, a Coreia do Sul manteve a manufatura como o motor de crescimento econômico, mas com um aumento significativo das importações principalmente devido ao processo de fragmentação produtiva regional, marcado especialmente pela ascensão da China como fábrica do mundo.

Enquanto o padrão sul-coreano de desenvolvimento econômico foi nos dois períodos (antes e depois de 2003) impulsionado pelas exportações de produtos manufaturados, no Brasil, de 2003 a 2008, o crescimento econômico foi impulsionado principalmente pela demanda doméstica, alimentada pelo consumo liderado pelo crédito do período. Nessa dinâmica, o chamado *boom* dos preços das *commodities* também desempenhou um papel central para impulsionar a economia. No entanto, mesmo nesse contexto, mais uma vez a manufatura expôs desempenho inferior aos serviços, que apresentaram o crescimento mais dinâmico.

Nos períodos acima analisados ainda é possível verificar o comportamento das cadeias produtivas por meio dos coeficientes de insumos importados. Na Coreia do Sul, de 1995 a 2002, a estrutura produtiva esboçou movimentos relacionados a uma participação crescente de insumos importados no setor manufatureiro doméstico, que aumentaram no período subsequente (2003 a 2008), em um momento em que a capacidade de produtividade em um determinado estágio do desenvolvimento econômico é transferida para o país menos desenvolvido (nesse caso, particularmente a China), em um processo de fragmentação regional da cadeia produtiva.

Por outro lado, o Brasil não seguiu esse padrão de desenvolvimento econômico. O setor manufatureiro desmoronou durante as décadas de 1980 e 1990, em um processo de desindustrialização prematura que desarticulou as cadeias produtivas. Além disso, sob taxas de juros e câmbio altas e voláteis, em períodos de expansão da demanda (como na década de 2000), a substituição de insumos nacionais por importados constituía a maneira mais fácil de atender à demanda. Esse fato não apenas revelou a dependência da indústria doméstica brasileira em relação à oferta internacional, mas também a ausência de importantes ligações intrassetoriais.



Divulgação

IGOR ROCHA

Economista. Ph.D. pela Universidade de Cambridge, Reino Unido.

O fenômeno *fintech* e as agências de fomento

A aplicação da tecnologia ao mundo financeiro não é propriamente algo novo. Mesmo em seus primórdios, utilizando-se de mídias físicas para a representação de valores na forma de papel-moeda e títulos, na sequência utilizando-se de tecnologias rudimentares, como o telégrafo para a comunicação de longa distância, e mais recentemente por meio da adoção massiva dos computadores em rede global para o processamento de suas funções operacionais, o fato é que a indústria financeira sempre foi uma das pioneiras na adoção e na difusão de novas tecnologias, principalmente as relacionadas à gestão da informação.

Todavia, o ano de 2008, auge da crise financeira internacional, marca o início de um ciclo global de inovações suficientemente particulares ao mundo financeiro, que vem provocando uma revisão dos modelos de negócios das instituições financeiras “tradicionais” e desafiando consolidados paradigmas regulatórios: o fenômeno *fintech*. Desde então o mundo presencia a multiplicação de iniciativas *fintech* nas mais diferentes modalidades de prestação de serviços financeiros. Estudos especializados apontam a existência de 44 *hubs* internacionais, em diferentes graus de desenvolvimento, dedicados exclusivamente ao desenvolvimento da comunidade *fintech*, envolvendo não só empreendedores e associações de classe, mas entidades governamentais e órgãos reguladores, atentamente orientados aos impactos desse fenômeno. Ainda, ao contrário da expectativa tradicional, vários desses *hubs* encontram-se distantes do Vale do Silício, nos Estados Unidos, localizados em diferentes regiões da Europa, Ásia e também América Latina e Brasil.

Coincidentemente, o fatídico ano de 2008 também marca o início de um ciclo de expansão de uma classe particular de instituições financeiras do Sistema Nacional de Fomento: as agências de fomento. A forte retração do crédito das instituições tradicionais na ocasião teve como contraponto a enérgica atuação dessas instituições, visando mitigar os efeitos da grave crise de confiança. Desde então, esse subgrupo de instituições vem se fortalecendo institucionalmente, crescendo em influência e relevância financeira em nível nacional.

Porém, tal qual as demais instituições financeiras tradicionais, o fenômeno *fintech* representa relevante fonte de incertezas ao subgrupo das agências de fomento. Seria esse um fenômeno positivo ao fomento das economias regionais?

Quais serão os impactos aos paradigmas regulatórios? Existem riscos ou oportunidades a serem exploradas? Esses e demais questionamentos correlatos foram o ponto de partida do artigo submetido ao Prêmio ABDE-BID 2019, que se propôs a estudar o fenômeno *fintech* e sua relação com o subgrupo de instituições financeiras das agências de fomento.

Para tanto, a partir da apreciação dos principais aspectos do fenômeno *fintech* e do panorama histórico da atuação das agências de fomento, é apresentado um exercício de avaliação estratégica, baseado na aplicação da metodologia SWOT, de modo a elucidar os principais desafios e oportunidades que se originam desse choque de paradigmas.

O trabalho ainda conta com um registro de modelos de negócios possíveis com base na regulação vigente, bem como explora oportunidades futuras que se desenham, tais como a possibilidade de as agências de fomento atuarem nos Mercados de Pagamentos, participarem das iniciativas *Open Banking* e aderirem ao *Sandbox* regulatório, de modo a assumirem cada vez mais o papel de protagonistas nos esforços nacionais de inclusão financeira, inovação e promoção do desenvolvimento.

Divulgação



GUSTAVO ALEXANDRE DUDA MATTANA

Analista de Desenvolvimento na Fomento Paraná desde 2012. Possui formação acadêmica em Ciências Econômicas e Mestrado em Desenvolvimento Econômico, com ênfase em Inovação, ambos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Os efeitos das fusões nas cooperativas de crédito

A história do cooperativismo de crédito pode ser dividida em três fases, em seu ciclo de vida: nascimento, quando opera o crescimento do número de cooperativas de crédito; transição, quando a regulamentação ganha destaque e a redução da quantidade de cooperativas é resultado do incremento de eficiência; e consolidação, quando as cooperativas ampliam a região de atuação para outras comunidades. Nessa cesta de classificações, a busca por promover o desenvolvimento e o crescimento da comunidade, sem perder a autonomia, impe- ra na gestão democrática de todas as cooperativas de crédito. No entanto, o caminho para atingir tal tarefa não é fácil e as evidências indicam que as cooperativas de crédito brasileiras estão na fase de transição.

O número de cooperativas de crédito operando no Brasil apresentou redução significativa, em torno de 500 unidades, nos últimos 10 anos. No mesmo período, cerca de 300 Processos de Incorporações (PIs) ocorreram, identificando a atual fase do cooperativismo de crédito brasileiro, que se destaca em um meio competitivo e concorrencial.

Este ambiente é propício para comparar os diversos índices de *performance* entre as cooperativas que adotaram a estratégia de incorporação com aquelas que não a realizaram e responder duas questões a respeito. A primeira refere-se às características da cooperativa que determinam as chances de uma incorporação ocorrer. Já a segunda, trata dos principais impactos dessa modalidade sobre a variação do endividamento e de outros índices contábeis de eficiência.

Nesse sentido, o objetivo do artigo apresentado ao Prêmio ABDE-BID 2019 foi aferir se as incorporações entre as cooperativas de crédito promoveram ou não variações na capacidade de endividamento, bem como avaliar o perfil contábil e a eficiência dessas financeiras. O endividamento para as empresas que atuam nesse setor é um ponto crucial, porque a maior parte de seus passivos é dada pelos depósitos dos cooperados. Assim, elevar a capacidade de endividamento, principalmente em índices que incorporam os depósitos, indica que a cooperativa apresentou ganhos de parcela de mercado e, portanto, aumentou sua importância na intermediação financeira.

Os resultados do artigo evidenciam que as cooperativas precisam ajustar seus índices de governança, profissionalizar a gestão e minimizar seus custos, para se aproximarem do cooperativismo moderno. Concluído este primeiro estágio, as

cooperativas estarão aptas para ampliar sua presença na área de atuação e aumentar significativamente sua participação na intermediação financeira. Ambos os estágios são compostos por incorporações, o que muda é a cooperativa a ser incorporada em cada estágio.

Logo, para aqueles que sonham com um cooperativismo de crédito maduro, aqui vai uma dica. Para uma cooperativa sobreviver às três fases, o gestor precisa ser profissional, estar atento ao mercado e às necessidades de seus cooperados. Essa profissionalização vai além do sentimento pessoal e, caso o processo de incorporação for a estratégia a ser adotada, o gestor deve buscar uma cooperativa que venha promover um ganho de eficiência para posteriormente ampliar a região de atuação. Essa é a estratégia que as principais cooperativas têm adotado para seguir no mercado.

Fotos: Divulgação



MARCELO HENRIQUE SHINKODA

Doutorando em Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa (UFV).



MARCELO JOSÉ BRAGA

Professor Titular e Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentado (IPPDs) da UFV.



BANPARÁ CRIA AÇÃO PARA FOMENTAR ECONOMIA LOCAL

O Banco do Estado do Pará (Banpará) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), em parceria com os setores produtivos e entidades representativas, estão elaborando um programa que visa apoiar os municípios na implantação de políticas públicas que fomentem o crescimento econômico e o empreendedorismo.

A iniciativa, nomeada como Agenda de Desenvolvimento para Emprego e Renda, vai passar pelas 12 regiões de Integração do Pará levando acesso a financiamentos, atendimento direto e palestras técnicas que abordam assuntos como Crédito, Incentivos Fiscais, Arranjos Produtivos Locais (APLs), RedeSim (gestores municipais), Acesso a

🟢 Mercado e Compras Públicas.

PROGRAMA GOIÁS EMPREENDEDOR TEM SUA PRIMEIRA CONTRATAÇÃO

A GoiásFomento obteve a primeira contratação do programa Goiás Empreendedor no valor de R\$ 13.800. A empresária Tânia Cris Silvério da Silva adquiriu o financiamento, com prazo de 36 meses para pagamento e três meses de carência, para realizar a aquisição de uma impressora UV de mesa versa, máquina que imprime adesivos para customizar películas de unhas.

Atualmente, a microempresa de Tânia emprega 5 pessoas. Com o aumento da produção, ela vai conseguir empregar de imediato mais 2 pessoas. Ela projeta novos investimentos nos negócios em breve. “Além de conseguir produzir muito mais e ter mercadoria para vender para outras cidades, o custo do meu produto vai cair consideravelmente”, comentou.

A iniciativa da GoiásFomento, lançada em julho deste ano, disponibiliza linhas de microcrédito, de até R\$ 15 mil; de crédito produtivo, no valor máximo de R\$ 50 mil; e do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com limite de R\$ 100 mil.

O projeto tem como objetivo fomentar a geração de emprego e renda e o empreendedorismo local por meio de investimentos públicos e privados em atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços.

BADESUL LANÇA PROGRAMA PARA AGROTECH

A Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul) lançou, no dia 30 de agosto, durante a Expointer 2019, o Programa Badesul Agrotech, uma iniciativa que tem como objetivo conectar empresas *startups* ao produtor rural do Rio Grande do Sul.

A diretora-presidente da instituição, Jeanette Lontra, falou sobre a iniciativa. “O Badesul possui 40% da carteira voltada ao agronegócio e também iniciamos um trabalho com as *startups*. Por isso entendemos que seria importante nesse momento juntar *startups* com o setor do agronegócio, formulando um possível mercado. Nosso objetivo é fortalecer as *startups* e ao mesmo tempo promover, para os produtores rurais, essa integração e essa inovação.”

A 42ª edição da Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários, promovida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (Seapi), recebeu, de 24 de agosto a 1º de setembro, 416.416 visitantes.



FOMENTO PARANÁ FINANCIA ENERGIA SUSTENTÁVEL EM ESCOLAS MUNICIPAIS

A Agência de Fomento do Paraná (Fomento Paraná) disponibilizará, por meio do Sistema de Financiamento dos Municípios (SFM), R\$ 30 milhões às prefeituras para a primeira etapa do projeto que pretende transformar as escolas municipais do estado em geradoras de energia elétrica fotovoltaica e qualificá-las para alcançar a condição de consumo zero de energia de origem externa.

A iniciativa conta com a parceria da Paranacidade, órgão responsável por executar ações de políticas de desenvolvimento institucional e regional, e da Green Building Council Brasil (GBC), organização internacional que atua na implantação e certificação de projetos de eficiência energética. A estimativa é que sejam beneficiadas com a ação cerca de quatro mil escolas existentes nos 399 municípios

paranaenses.

BADESC CUSTEIA INFRAESTRUTURA EM ILHOTAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc) disponibilizou R\$ 2 milhões, por meio do Programa Badesc Cidades, para pavimentação, urbanização de vias e drenagem fluvial no município de Ilhotas.

O contrato foi assinado pelo prefeito Erico de Oliveira e pelo presidente da instituição financeira de desenvolvimento, Eduardo Machado, em setembro, em Florianópolis.

O Programa Badesc Cidades, que tem como objetivo apoiar a realização de obras de infraestrutura e melhoria dos serviços, para gerar emprego e renda, financia até 100% do valor do investimento, com carência máxima de 24 meses e amortização de até 48 meses.

A iniciativa já atendeu 241 prefeituras nos últimos cinco anos, gerando investimentos na ordem de R\$ 567 milhões na economia catarinense.

BANCO DA AMAZÔNIA E CNC ESTABELECEM PARCERIA PARA REPASSE DO FNO

O Banco da Amazônia e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) firmaram, em setembro deste ano, um convênio para ampliar o acesso de empresas do setor, atuantes nos estados da Amazônia Legal, aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

O acordo, que é o primeiro em âmbito nacional, terá duração de 24 meses, podendo ser renovado, e irá agilizar os processos de análise do banco por meio da criação de uma linha de crédito mais rápida, além de facilitar a contratação do financiamento, que pode ser simulada por meio do portal e de aplicativos da instituição financeira.

“As linhas do FNO serão melhor divulgadas entre comerciantes pequenos, prestadores de serviços, até redes de supermercados. Será uma importante iniciativa para fomentar o comércio de toda a Região Norte”, afirmou o presidente do Banco da Amazônia, Valdecir Tose.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte foi criado em 1988 e regulamentado em setembro de 1989, pela Lei nº 7.827, para levar investimentos de longo prazo para as esferas de agropecuário, industrial e agroindustrial, turismo, comércio, serviços, cultural e infraestrutura. Ele é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para o crédito de fomento da Região Norte e um dos principais instrumentos econômico-financeiros de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada pelo Ministério da Integração Nacional.

A regra número um

Em corpos diferenciados do funcionalismo público emerge, naturalmente, um corporativismo construído pelo elitismo do seu “espírito de corpo”. Trata-se, de fato, de um anel protetor do bom e do mau uso que seus membros podem fazer de suas prerrogativas. Um exemplo disso é o que o país assiste agora, perplexo: a reação à lei que combate os possíveis abusos de autoridade nos três poderes da República.

No final dos anos 1940 do século passado havia, no curso de Economia da FEA/USP, uma disciplina, “Instituições de Direito Público”, a cargo do advogado Geraldo Campos Moreira (recrutado politicamente entre os Promotores do Estado), por quem tinha o poder de organizar o corpo docente. Elegante, inteligente e diligente, dava aulas interessantes. Desincumbia-se bem do seu papel. Em nenhuma delas deixava de insistir em que “Direito é Lógica”: de alguns princípios aceitos consensualmente (uma espécie de axiomas) extraíam-se, com rigorosa lógica aristotélica, consequências que informariam o comportamento dos agentes da Justiça (promotores e juízes). Eventuais dúvidas sobre julgamentos são analisadas com recurso a instâncias jurídicas superiores (colegiadas), porque só outros juízes podem avaliar a razoabilidade de outro juiz. O preparo da ação e o julgamento são influenciados por muitos fatores (inclusive a “visão de mundo” de cada um deles). O importante, entretanto, é que se o paciente não se conformar com o resultado, há a possibilidade de recorrer a instâncias superiores, que, eventualmente, terão a oportunidade de corrigi-lo. Esses parcos conhecimentos me levaram nos últimos 70 anos a aceitar tal mecanismo como satisfatório para minimizar os riscos do sistema.

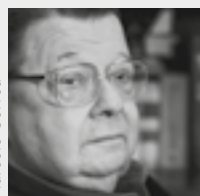
É por isso que estou surpreso com a reação corporativista contra a Lei de Abuso de Autoridade que, obviamente, não ameaça qualquer prática jurisdicional que obedeça ao espírito e à letra da lei. Sobre o poder do Congresso de produzi-la e aprová-la, e o poder do presidente de sancioná-la ou vetá-la parcialmente, não há dúvidas. Entretanto, a palavra final sobre ela (pela rejeição de eventuais vetos) pertence ao Congresso. Mas há um problema lógico muito interessante, apontado pelo competente Elio Gaspari. No caso de eventual denúncia de abuso de autoridade, quem vai julgá-lo? O próprio Judiciário! Logo, se um funcionário da Receita, do Coaf, um promotor ou um juiz se julga ameaçado porque será “controlado” pelo próprio Judiciário, é porque ele não acredita em nada do que foi dito acima!

Quem salvou o dia foi o ilustre Ministro João Otávio Noronha, nada menos do que o presidente do Superior Tribunal de Justiça

(STJ), que defendeu a legitimidade do controle do abuso de autoridade. Declarou: “Não temos nada a temer. Aquilo vale para todas as autoridades, seja do Judiciário, seja do Executivo, seja do Legislativo. A lei é para todos, e nós juízes temos que ter limites na nossa atuação, como assim terão os deputados, como tem o presidente da República, como têm os ministros do Executivo.” O Ministério Público Federal, por seu corregedor-geral, Oswaldo José Barbosa Silva, já determinou o levantamento do que dizem os procuradores nas redes sociais. Isso também gerou protestos internos que sugeriram que se tratava de uma forma de intimidação e censura prévia. Sua resposta deve tê-los acomodado, “minha intenção é orientar e agir preventivamente, de forma a evitar, sempre que possível, a abertura de inquéritos administrativos disciplinares.”, ou seja, eventuais abusos de autoridade...

A desinformação promovida pela ingenuidade coletiva a respeito da nova lei se deve à perigosa separação da sociedade em torno da operação Lava-Jato. Como sempre temos dito, ela representa um ponto de inflexão na história econômica do país. Nunca se repetirá o incesto entre o poder incumbente eleito e parte do setor privado que causou prejuízos moral e material incalculáveis à sociedade brasileira e nos levou ao buraco em que nos encontramos. É claro, entretanto, que poderíamos ter reduzido seu custo com uma oportuna e eficiente lei de leniência (que não tem nada a ver com a operação Lava-Jato) que punisse os empreiteiros e os agentes públicos e mantivesse as empreiteiras adequadamente funcionando para salvar a *expertise* que acumularam, que é patrimônio da nação.

Como disse o ilustre ministro Fachin, do STF, num artigo antológico publicado no *Valor Econômico* (12/08/2019), “A obediência à Constituição é a regra número um da segurança jurídica.” Portanto, a ação de funcionários públicos, procuradores e juízes apoiados nela será ainda mais forte e bem-vinda se respeitar os Princípios e os Direitos nela inscritos.



Marcelo Correa

ANTONIO DELFIM NETTO

Professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento.



Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise

Manuel Castells (org.)

Editora Zahar, 296 p., 2019.

NOVA ECONOMIA

Enquanto governos e elites financeiras reagiam à crise de 2008 tentando restaurar o curso normal dos negócios, as práticas econômicas foram se modificando e ganhando novos valores. A vida ganhou mais importância do que o dinheiro, a efetividade da cooperação ficou acima das competições implacáveis e a responsabilidade social das empresas salientou as estratégias monetárias de curto prazo.

Diante desse cenário, o sociólogo Manuel Castells enfrenta, em sua mais recente obra, o desafio de repensar o significado dessas atividades econômicas na esteira da maior recessão desde a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Reunindo artigos de especialistas como Sarah Banet-Weiser e Giorgos Kallis, sobre iniciativas como redes de

troca, cooperativas, moedas comunitárias, criptomoedas, compartilhamento de bens, banco de tempo e bancos para pessoas de baixa renda, o livro analisa casos reais de economia compartilhada, uma alternativa ao futuro padronizado do capitalismo financeiro.

A publicação desenvolve dois importantes argumentos teóricos: a economia, sendo uma prática humana, é moldada pela cultura; e a diversidade de culturas implica a possibilidade de diferentes economias. Assim, as práticas econômicas são capazes de organizar o modo como as pessoas produzem, consomem, trocam, inovam, investem e vivem.

Manuel Castells é mestre na Universidade de Paris e já escreveu mais de 20 livros. Em 2011 ganhou a Medalha Erasmus, mais alta condecoração da Europa.



130 anos: Em busca da República

Edmar Bacha, José Murilo de Carvalho, Joaquim Falcão, Marcelo Trindade, Pedro Malan e Simon Schwartzman (orgs.)

Intrínseca, 256 p., 2019.

REPÚBLICA EM BALANÇO

No marco dos 130 anos da Proclamação da República, um elenco de peso analisa as diferentes fases e desafios que o país viveu desde 1889. Em textos curtos, 38 pensadores brasileiros identificam os desafios, avanços e retrocessos da República brasileira e ajudam a traçar um quadro do momento atual.

Cada capítulo do livro retrata uma década e é composto por três textos: um sobre sociedade e política, outro sobre Estado e direito, e outro sobre governo e economia. Na lista de autores, nomes consagrados como Renato Lessa, Gustavo Franco, Boris Fausto, Maria Celina D'Araújo, Celso Lafer, Pedro Dutra, André Lara Resende, Nelson Jobim, Rubens Ricupero, Ilan Goldfajn, Luís Roberto Barroso, Arminio Fraga e Marcos Lisboa.

A organização do livro cabe a outro grupo de autores consagrados: os economistas Edmar Bacha e Pedro Malan; os juristas Joaquim Falcão e Marcelo Trindade; o sociólogo Simon Schwartzman; e o historiador José Murilo de Carvalho.

A obra pretende lembrar que, nesses 130 anos, a República passou por altos e baixos, idas e vindas, períodos democráticos e ditatoriais, fases e crescimento e estagnação. Assim, busca auxiliar para que o Brasil não cometa os velhos erros e consiga retomar antigos acertos. Como frisam os organizadores: “o maior conhecimento de nossa história republicana é meio caminho andado na busca de rumos mais alvissareiros para o país”.

EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906
Telefone: (21) 2109.6000
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA
Presidente: Perpétuo do Socorro Cajazeiras
1º Vice-Presidente: Sérgio Gusmão Suchodolski
2ª Vice-Presidente: Ênio Mathias Ferreira
Diretores: Heraldo Alves das Neves, Jeanette Halmenschlager
Lontra, Luiz Corrêa Noronha, Paulo de Oliveira Costa, Roberto
Marucco, Rubens Rodrigues Filho e Valdecir Tose.

Secretário-Executivo: Marco Antonio A. de Araujo Lima

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BND – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRESOL – Cresol Confederação
DESENBHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAUI FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Rumos

Redação e Administração

Avenida Nilo Peçanha, 50, 11º andar
Grupo 1109
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906
Telefone: (21) 2109.6041
Email: rumos@abde.org.br
www.abde.org.br

Gerente de Comunicação

& Editora
Thais Sena Schettino

Equipe

Jader Moraes, Noel Joaquim Faiad
e Joyce Ponteiro (estagiária)

Revisão

Mariana e Renato R. Carvalho

Capa

Pixabay

Impressão e CTP

J. Sholna Reproduções Gráficas

Distribuição

Powerlog Serviços e Manipulação

Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 43 - nº 307 - Setembro/Octubre 2019

Tiragem: 4.500 exemplares

SIGA A
ABDE NAS
MÍDIAS
DIGITAIS



@abdeoficial



@abde_oficial



/company/abde

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

Se você tem planos
para o futuro, procure
um banco diferente.
Fale com o BRDE.



O BRDE é um banco de fomento. Aqui você deposita suas melhores ideias, seus projetos e sua confiança. E seus investimentos retornam na forma de empregos, renda e novos negócios para a Região Sul. Com o programa **BRDE Protur**, empreendedores do ramo de turismo encontram soluções de financiamento exclusivas para a modernização, ampliação ou implantação de equipamentos e atrações turísticas como hotéis, pousadas, parques temáticos e aquáticos, restaurantes e outros. Se você tem projetos que precisam de crédito para sair do papel, fale com a gente. O BRDE ajuda você a transformar seu sonho em realidade.

Porque onde tem um
sonho virando realidade,
tem a mão do BRDE.

Sipag.

A solução do cooperativismo
financeiro para o brasileiro vender,
lucrar e crescer mais.



Não importa se você é pequeno ou grande. Se vende pizza ou vende carro. Se é dentista ou cabeleireiro. O importante é que você é um brasileiro que trabalha para prosperar e crescer. Que precisa fazer bons negócios e fechar parcerias de confiança. Isso você faz com a Sipag. Mais do que maquininha, um conjunto de soluções que o cooperativismo financeiro pensou para você. Com as melhores condições. Todo mundo pode ter Sipag. Peça a sua hoje mesmo.

Sipag. Do cooperativismo para o seu negócio.

Saiba mais: acesse sipag.com.br ou ligue 3004-2013 (capitais)
ou 0800 757 1013 (demais localidades).

Ouvidoria: 0800 646 4091 • Atendimento: seg. a sex. - das 9h às 18h

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

sipag

SOLUÇÕES
INTEGRADAS DE
PAGAMENTO

SICOOB

Faça parte.